Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

21/03/2014

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. DECISÕES..... 1
   1.2. JUÍZES..... 2
   1.3. POSSE..... 3 - 4
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. DECISÕES..... 5 - 6
   2.2. POSSE..... 7
   2.3. PRESIDÊNCIA..... 8 - 9
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. PRESIDÊNCIA..... 10
   3.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 11
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. AÇÕES TJMA..... 12
   4.2. DESEMBARGADORES..... 13 - 14
5. JORNAL EXTRA
   5.1. DECISÕES..... 15
   5.2. PRESIDÊNCIA..... 16 - 17
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. DECISÕES..... 18 - 20
   6.2. JUÍZES..... 21
   6.3. POSSE..... 22
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. DECISÕES..... 23
   7.2. DESEMBARGADORES..... 24
8. JORNAL O PROGRESSO
   8.1. DECISÕES..... 25
9. JORNAL PEQUENO
   9.1. DECISÕES..... 26 - 29
   9.2. DESEMBARGADORES..... 30
   9.3. JUÍZES..... 31 - 32
   9.4. PRESIDÊNCIA..... 33 - 34
   9.5. PUBLICIDADE LEGAL..... 35
   9.6. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 36
10. JORNAL VALOR ECONÔMICO
   10.1. CNJ..... 37 - 38

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

BANCO INDENIZARÁ CLIENTE POR COBRANÇA INDEVIDA EM DÉBITO AUTOMÁTICO

O Banco Bradesco foi condenado a pagar indenização de R$ 10 mil, por danos morais, e R$ 1.534,62, por repetição de indébito, por causa de descontos considerados abusivos na conta de um cliente da instituição financeira em São Luís. A decisão unânime da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a sentença de primeira instância.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

ESCOLHIDOS OS NOVOS JUÍZES PARA COMPLETAR QUORUM NO TJMA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu, por sorteio, os cinco juízes de Direito da comarca de São Luís, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Em sessão nessa quarta-feira (19), foram sorteados os magistrados Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes (juiz auxiliar), Eugênia de Azevedo Neves (10ª Juizado Cível e das Relações de Consumo), Maria José França Ribeiro (7º Juizado Cível e das Relações de Consumo), Nelson Ferreira Martins Filho (14º Juizado Cível das Relações de Consumo) e José Ribamar d'Oliveira Costa Júnior (2ª Vara Criminal).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pág. 2

Nelma Sarney dá posse a Ricardo Duailibe na Comissão dos Juizados

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nelma Sarney dá posse a Ricardo Duailibe na Comissão dos Juizados

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, deu posse ao Desembargador Ricardo Duailibe na Presidência da Turma de Uniformização e Interpretação de Lei e no Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Poder Judiciário do Maranhão. Os dois órgãos, a turma e o conselho, compõem do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão.

Após assinatura do Termo de Posse e Exercício, Nelma Sarney, ratificou sua posição em ampliar o acesso à Justiça. "Estamos trabalhando para resgatar a verdadeira finalidade dos juizados, que é de garantir a entrega da Justiça de forma rápida e eficiente".

A juíza Marcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais, que fez a leitura do Termo de Posse e Exercício, destacou a importância da Turma de Uniformização para o Sistema de Juizados. "O trabalho é contínuo diante da grande demanda social. Hoje, temos juizado que chega a receber mais de 500 processos por mês", disse a juíza.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Decretada prisão de suspeita de matar adolescente na JK

A Justiça decretou na quarta-feira (19), a prisão da estudante Jheyslem Chaves, de 20 anos. Ela é suspeita de assassinar a adolescente Bruna da Silva, de 16 anos, no último dia 28. O delegado regional, Assis Ramos, informou que a polícia pediu a prisão preventiva na segunda-feira (17) e que não havia dúvidas da autoria do crime, mas a demora na apreciação do pedido pode ter facilitado a fuga da jovem.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TURIAÇU

MPMA aciona Município e Caema pelo fornecimento de água

A interrupção do abastecimento de água aos moradores de Turiaçu motivou o Ministério Público do Maranhão a ajuizar Ação Civil Pública de obrigação de fazer, no dia 13 de março, a fim de assegurar o retorno do serviço. O objetivo é regularizar o fornecimento aos moradores da zona rural e, na zona urbana, aos residentes dos bairros Rabelão, Centro, Caema, Torre, Meteorologia, dentre outros.

O promotor de justiça André Charles Alcantara Oliveira pediu à Justiça que obrigue o Município de Turiaçu e a Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (Caema), no prazo máximo de dez dias, a restabelecer o funcionamento de todos os poços e estações de captação de água e, em 60 dias, a regularizar o fornecimento de água a todas as residências. Também foi pedida a suspensão do pagamento da tarifa de todos os consumidores, tendo em vista o serviço precário e inadequado de fornecimento de água.

Após ser restabelecido, o serviço deve ser mantido de forma eficiente, adequada e continua. O MPMA pediu, ainda, ao Poder Judiciário que determine pagamento de multa de R$ 50 mil, caso haja descumprimento das medidas requeridas judicialmente.

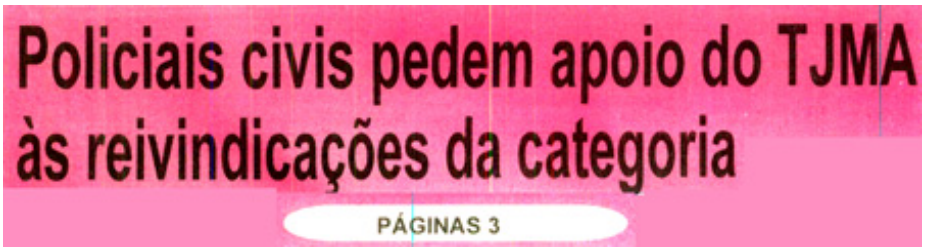
Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POSSE

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, deu posse ao Desembargador Ricardo Duailibe na Presidência da Turma de Uniformização e Interpretação de Lei e no Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Poder Judiciário do Maranhão. Os dois órgãos, a turma e o conselho, compõem do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão.

Após assinatura do Termo de Posse e Exercício, Nelma Sarney, ratificou sua posição em ampliar o acesso à Justiça. "Estamos trabalhando para resgatar a verdadeira finalidade dos juizados, que é de garantir a entrega da Justiça de forma rápida e eficiente".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Policiais civis pedem apoio do TJMA às reivindicações da categoria

A presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu visita da nova diretoria do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol) para o mandato 2014-2017. Os sindicalistas relataram dificuldades encontradas no exercício da profissão e pediram a intercessão do Poder Judiciário junto ao Executivo, no sentido de melhorar as condições de trabalho da categoria.

Os policiais entregaram à presidente do TJMA dois documentos. Um levantamento sobre a situação da Polícia Civil do Maranhão, datado de janeiro de 2014, e uma exposição de motivos sobre a natureza técnico-científica da atividade policial, comparada à política remuneratória do governo estadual.

Dentre outros problemas, apontaram a defasagem salarial, a insuficiência do efetivo, a situação "precária" das delegacias do interior e a necessidade de construção de novos presídios. E pediram ajuda à presidente do TJMA para levar as reivindicações ao conhecimento da governadora do Estado, Roseana Sarney.

Para a presidente Cleonice Freire, a polícia civil passa por problemas parecidos com os do Judiciário, como a carência de pessoal e a falta de recursos para investimentos na estrutura física dos fóruns. "O trabalho da polícia judiciária é fundamental para o Judiciário e para a sociedade. Merece a atenção do poder público.

Representantes dos policiais civis no TJMA

Segundo o presidente do Sinpol, Heleudo Moreira, as condições de trabalho e os problemas nas unidades da polícia civil são dificultam o exercício da atividade dos investigadores. "Se não houver providências por parte do Poder Executivo, haverá um colapso (na segurança)", declarou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUDICIÁRIO

Policiais pedem apoio do TJMA às reivindicações da categoria

A presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu visita da nova diretoria do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol) para o mandato 2014-2017. Os sindicalistas relataram dificuldades encontradas no exercício da profissão e pediram a intercessão do Poder Judiciário junto ao Executivo, no sentido de melhorar as condições de trabalho da categoria.

Os policiais entregaram à presidente do TJMA dois documentos. Um levantamento sobre a situação da Polícia Civil do Maranhão, datado de janeiro de 2014, e uma exposição de motivos sobre a natureza técnico-científica da atividade policial, comparada à política remuneratória do governo estadual.

Dentre outros problemas, apontaram a defasagem salarial, a insuficiência do efetivo, a situação "precária" das delegacias do interior e a necessidade de construção de novos presídios. E pediram ajuda à presidente do TJMA para levar as reivindicações ao conhecimento da governadora do Estado, Roseana Sarney.

Para a presidente Cleonice Freire, a polícia civil passa por problemas parecidos com os do Judiciário, como a carência de pessoal e a falta de recursos para investimentos na estrutura física dos fóruns. "O trabalho da polícia judiciária é fundamental para o Judiciário e para a sociedade. Merece a atenção do poder público.

Em reunião, os policiais entregaram à presidente do TJMA dois documentos

Segundo o presidente do Sinpol, Heleudo Moreira, as condições de trabalho e os problemas nas unidades da polícia civil são dificultam o exercício da atividade dos investigadores. "Se não houver providências por parte do Poder Executivo, haverá um colapso (na segurança)", declarou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pleno do TJMA referenda resoluções sobre valores de serviços cartorários

Foram referendadas na, última quarta-feira (19), durante sessão administrativa do órgão especial do Tribunal de Justiça, as resoluções 71, 72 e 73, que versam sobre valores de serviços das serventias para o ano de 2014. Todas as resoluções foram, também, referendadas pela Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do Tribunal de Justiça. Essas resoluções tratam sobre procedimentos de vendas de selos de fiscalização de atos notariais, sobre tabela de custas e emolumentos, e outros assuntos, e já estão em vigor desde 1º de janeiro deste ano.

Todas as matérias referendadas tem interesse direto da Corregedoria Geral da Justiça, que é o órgão responsável pela fiscalização e acompanhamento das serventias extrajudiciais, onde se incluem serviços como registro de imóveis, reconhecimento de firma, protesto de títulos, divórcio consensual, emissão de certidão de nascimento e óbito, dentre outros.

A Resolução 71/2013, referendada na sessão, atualiza monetariamente em 5,58363% o limite unitário máximo para compensação dos atos gratuitos praticados pelas serventias extrajudiciais de Registro Civil de Pessoas Naturais, previsto no artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº. 130, de 29 de dezembro de 2009, que passa a vigorar no valor de R$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos)

A atualização monetária do valor unitário máximo para compensação dos atos gratuitos pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC) deve ser realizada até o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE.

Já a Resolução 72/2013 dispõe basicamente sobre os procedimentos de vendas de selos de fiscalização de atos notariais, registrais e de distribuição extrajudicial no Estado do Maranhão. De acordo com essa resolução, fica estabelecido em R$ 0,20 (vinte centavos de real) o valor unitário dos selos de fiscalização dos atos notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais, criados pela Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000.

A Resolução 73/2013 dispõe sobre a atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei Estadual 9.109/2009, para o exercício de 2014. O documento determina que o limite geral máximo das custas e emolumentos, previsto no artigo 37 da Lei Estadual nº. 9.109/2009 fica estabelecido em R$ 8.082,70 (oito mil, oitenta e dois reais e setenta centavos). Outro artigo da resolução destaca que fica, ainda, acrescido aos emolumentos o percentual de 3% (três por cento), previsto na Lei Complementar Estadual nº. 130/2009.

Todas as resoluções foram referendadas sem nenhuma alteração

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça

MATÕES - O projeto *Justiça e Cidadania - Porque Fazer o Bem Faz Bem* foi lançado na semana passada na Comarca de Matões. A atividade inaugural aconteceu em um evento, que reuniu mais de 300 mulheres e ofereceu palestras e uma programação especial. Participaram do evento as mulheres que têm os filhos cadastrados nos programas de assistência social Peti e ProJovem no município de Matões. A ação visa à aproximação entre Poder Judiciário da comunidade local, mediante a realização de palestras acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, bem como incentivando a realização da cidadania na sociedade local por meio de doações para os beneficiários do projeto. Integraram a programação palestra sobre o câncer de colo do útero e dramatização sobre a violência doméstica contra a mulher. *Justiça e Cidadania* foi lançado em 2011, pela juíza Raquel Castro Menezes, em Governador Nunes Freire, durante o período em que a magistrada foi titular da comarca.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Novo chefe da PF no Maranhão toma posse

O delegado Alexandre Silva Saraiva é o novo superintendente da Polícia Federal no Maranhão, empossado ontem em solenidade no Rio Poty Hotel. Do lado de fora, agentes, escrivães e papiloscopistas protestaram. **Geral 5**

Novo superintendente da Polícia Federal no Maranhão é empossado

Alexandre Silva Saraiva assumiu o comando da instituição substituindo o delegado Cristiano Barbosa Sampaio, que deixou o cargo para assumir novas funções na PF

Mario Carvalho
Da equipe de **O Estado**

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão (SPRF) já tem novo titular. Trata-se do delegado Alexandre Silva Saraiva, que foi empossado no início da noite de ontem, em solenidade que ocorreu no auditório do Rio Poty Hotel com a presença do delegado-geral da instituição, Leandro Daiello Coimbra. O novo representante da PF no estado assumiu o compromisso de dar continuidade às ações de combate ao tráfico de drogas, à corrupção e aos crimes contra o meio ambiente.

Alexandre Saraiva comandará a superintendência da PF no Maranhão no lugar do delegado Cristiano Barbosa Sampaio, que deixou o cargo para assumir novas funções na Polícia Federal em ações de combate aos crimes durante a Copa do Mundo, que terá início a partir de junho no Brasil.

O novo superintendente da PF fez um breve discurso de posse, afirmando ser uma imensa honra assumir o cargo no Maranhão.

Fotos/Flora Dolores

Saraiva disse que dará continuidade às ações da PF no Maranhão

Currículo

Alexandre Silva Saraiva é natural da cidade de São Gonçalo (Rio de Janeiro). Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense e com pós-graduação em Gestão de Organizações de Segurança Pública pela Escola de Políticas Públicas e Governo.

Ingressou na Polícia Federal no cargo de delegado, em dezembro de 2003, com primeira lotação na Delegacia da Polícia Federal em Nova Iguaçu (RJ), onde trabalhou até janeiro de 2006, quando foi removido para assumir a chefia da Delegacia de Combate aos Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro (Delemaph).

Em março de 2009, foi removido para chefiar a Delegacia de Polícia Federal de Volta Redonda (RJ) e, em 2010, assumiu o comando da Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu (RJ). Em julho de 2011, assumiu a Superintendência da Polícia Federal em Roraima, cargo que exerceu até ser transferido para a PF do Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

"Este é um dos estados mais importantes do país e agradeço à direção da Polícia Federal pela confiança em mim depositada. Tudo farei para corresponde-la. Sem dúvida é grande a responsabilidade em receber essa superintendência das mãos do delegado Cristiano, por ser um profissional extremamente capacitado e um dos expoentes de sua geração na Polícia Federal. Porém, o maior compromisso é com a população desse estado e no eficiente e cortês atendimento ao público", declarou Alexandre Saraiva.

O ex-superintendente Cristiano Sampaio, que ficou um pouco mais de dois anos a frente da PF no Maranhão, disse que deixava o cargo com muita satisfação. "A Polícia Federal do Maranhão possui uma demanda muito grande. O estado possui grandes casuísticas de conflitos indígenas, crimes ambientais, tráfico de drogas, desvios de recursos públicos e muitas outras coisas. Traçamos nossos objetivos e nos dispomos a trabalhar e implementamos várias ações e tivemos os resultados alcançados", afirmou.

Agentes, escrivães e papiloscopistas fizeram manifestação em frente ao hotel onde ocorreu a posse

História - Para o delegado-geral da PF, Leandro Coimbra, a instituição passa por um momento importante. " Nós damos oportunidade a colegas que criaram uma história de assumir um compromisso com a sociedade e com a administração. Além de ser um compromisso pelo crescimento da Polícia Federal, enquanto um órgão de estado que busca uma polícia independente e republicana", enfatizou.

Estiveram presentes ao evento, o desembargador Froz Sobrinho, representando o Tribunal de Justiça; o secretário de estado de Segurança Pública, Aloísio Mendes; o deputado Raimundo Cutrim (PCdoB), representando a Assembleia Legislativa; e demais autoridades militares.

Manifestação - Mais uma vez o grande elefante branco, mascote do movimento dos agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal, cumpriu agenda ontem na entrada do Rio Poty Hotel, para dar as boas vindas ao novo superintendente regional da Polícia Federal do Maranhão.

Dezenas de manifestantes passaram boa parte da tarde acampados na porta do hotel para chamar a atenção das autoridades presentes para os problemas enfrentados pela categoria.

Os policiais federais solicitam melhores condições de trabalho, reestruturação das carreiras e modernização dos inquéritos policiais. A categoria ameaça fazer greve durante a Copa do Mundo, em junho, se as reivindicações não forem atendidas pelo Governo Federal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Shopping pagará cliente que teve carro danificado em estacionamento

Um shopping center da capital maranhense terá que pagar os danos materiais a uma cliente que teve seu carro danificado no estacionamento da empresa. A decisão é do juiz auxiliar da 15ª Vara Cível de São Luís, Hélio de Araújo Carvalho Filho.

No pedido, a cliente argumenta que o shopping tem responsabilidade sobre os veículos que se encontram em seu estacionamento, de modo a responder pelos danos ocasionados. Conta que no dia 20 de janeiro de 2013, deixou seu carro no estacionamento enquanto fazia compras no shopping e ao retornar encontrou o veículo danificado.

Na contestação perante à Justiça, o shopping alegou culpa exclusiva da cliente, por ter estacionado em local proibido e bem sinalizado. Entretanto, o juiz afirma que a colisão no veículo atesta falha na prestação do serviço, que consiste na omissão no exercício da vigilância que cabia à ré, configurando assim sua responsabilidade civil. Conforme a sentença, ainda que a autora da ação tivesse estacionado seu veículo em local proibido, ao tomar conhecimento da ilicitude do fato e nada fazer, a empresa assumiu a responsabilidade por eventuais danos.

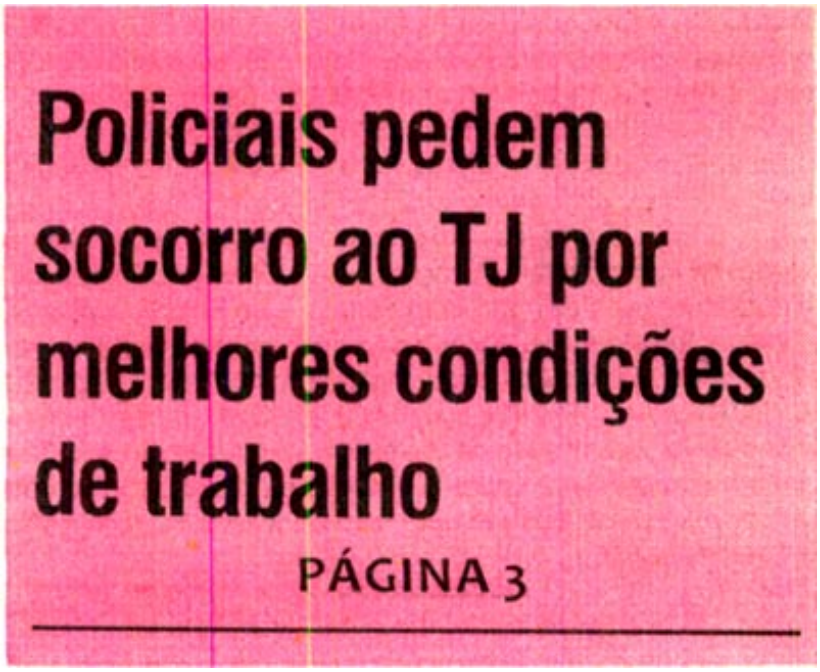
O magistrado ressalta ainda que o croqui da área, apresentado pelo shopping, revela uma disposição equânime dos espaços destinados para estacionamento, a qual não condiz àquela que pode ser observada na data em que ocorreu o fato, já que a placa de proibido estacionar e para se limitava à área em que estavam os cones. Assim, resta descaracterizada a alegação de que a autora da ação teria a responsabilidade pelo ocorrido por ter estacionado em local proibido e bem sinalizado.

Segundo a Súmula 130 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), "a empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorrido em seu estacionamento". Também, de acordo com o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), "o fornecedor de serviços responde, independente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a sua fruição e risco".

Na sentença o juiz ressalta que a cliente teve prejuízo de ordem material no valor de R$ 1.109,05, mas não restou comprovada a existência de elementos caracterizadores de dano moral.

O magistrado determinou ao shopping o pagamento de danos materiais corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais de 1% a partir do efetivo prejuízo. A empresa terá que pagar também os honorários advocatícios de sucumbência e custas processuais. A decisão é do dia 10 de março de 2014.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Policiais civis pedem socorro ao TJ por melhores condições de trabalhos

A presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu visita da nova diretoria do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol) para o mandato 2014-2017. Os sindicalistas relataram dificuldades encontradas no exercício da profissão e pediram a intercessão do Poder Judiciário junto ao Executivo, no sentido de melhorar as condições de trabalho da categoria.

Os policiais entregaram à presidente do TJMA dois documentos. Um levantamento sobre a situação da Polícia Civil do Maranhão, datado de janeiro de 2014, e uma exposição de motivos sobre a natureza técnico-científica da atividade policial, comparada à política remuneratória do governo estadual.

Dentre outros problemas, apontaram a defasagem salarial, a insuficiência do efetivo, a situação "precária" das delegacias do interior e a necessidade de construção de novos presídios. E pediram ajuda à presidente do TJMA para levar as reivindicações ao conhecimento da governadora do Estado, Roseana Sarney.

Para a presidente Cleonice Freire, a Polícia Civil passa por problemas parecidos com os do Judiciário, como a carência de pessoal e a falta de recursos para investimentos na estrutura física dos fóruns. "O trabalho da polícia judiciária é fundamental para o Judiciário e para a sociedade. Merece a atenção do poder público.

Segundo o presidente do Sinpol, Heleudo Moreira, as condições de trabalho e os problemas nas unidades da Polícia Civil são dificultam o exercício da atividade dos investigadores. "Se não houver providências por parte do Poder Executivo, haverá um colapso (na segurança)", declarou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prisão

A Justiça decretou nessa quarta-feira (19), em Imperatriz, a prisão da estudante Jheyslem Chaves, de 20 anos, suspeita de assassinar uma adolescente de 16 anos no dia 28 de fevereiro.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Francisco das Chagas enfrenta novo júri popular no dia 26

De acordo com os autos processuais, o mecânico teria assassinado pelo menos 42 meninos, sendo que 30 moravam no Maranhão, na região da Ilha de São Luís, e 12 no Pará

Pela décima primeira vez que o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito sentará no banco dos réus, desta vez na Comarca de Paço do Lumiar, no próximo dia 26 de março. O julgamento está previsto para começar às 8h e vai acontecer no Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), que fica localizado na Avenida 14, nº. 18, qd.02, Conjunto Maiobão. A juíza da 1ª Vara de Paço do Lumiar, Jaqueline Reis Caracas, vai presidir a sessão.

Francisco das Chagas é considerado o maior assassino em série do país e ficou conhecido nacionalmente por cometer crimes contra menores, no caso conhecido como "meninos emasculados". A atuação era semelhante em quase todos os casos, ele atraía as crianças para áreas de matagal com a falsa promessa de recompensas e praticava os crimes, que teriam ocorrido entre 1991 e 2002.

Desde 2004 o mecânico se encontra preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Sua última condenação aconteceu na 1ª Vara de São José de Ribamar, em 2012, quando foi considerado culpado pelo assassinato, por afogamento em um brejo, de mais uma criança, de apenas 9 anos, que teria sido convidada para apanhar Buriti, fruto de uma palmeira nativa do Maranhão. Na época, mesmo ausente na sessão, ele foi condenado a 27 anos de prisão.

Com essa sentença, somada às penas anteriores, o mecânico já foi condenado a 277 anos de prisão. Chagas já foi condenado em outros dez júris pelo homicídio de meninos, geralmente praticados por motivo torpe, empregando meios cruéis e sem chances de defesa para as vítimas. De acordo com laudo pericial, Francisco das Chagas é portador de transtorno de personalidade, inclusive com propensão a voltar a praticar novos delitos, em caso de soltura.

As vítimas de Chagas tinham idade máxima de 15 anos

PROCESSOS - Chagas tem pelo menos 25 processos em decorrência dos crimes praticados, já tendo sido julgado em diversos deles. Os processos tramitam na 1ª e 2ª varas de São José de Ribamar, na 1ª Vara de Paço do Lumiar e 9ª Vara Criminal de São Luís. Nas varas de São José de Ribamar existem 14 processos contra o mecânico e outros nove processos em Paço do Lumiar.

CRIMES - De acordo com os autos processuais, o mecânico teria assassinado pelo menos 42 meninos, sendo que 30 moravam no Maranhão, na região da Ilha de São Luís, e 12 no Pará. Todas as vítimas tinham o mesmo perfil, com idade máxima de 15 anos e eram de famílias pobres.

Na 9ª Vara Criminal de São Luís o mecânico responde por mais dois homicídios cometidos na capital. Ele já foi julgado e condenado a 29 anos por um dos crimes, novamente praticado contra um menor. Chagas recorreu da decisão, mas o Tribunal de Justiça manteve a decisão. A 9ª Criminal encaminhará a sentença para a Vara de Execuções Penais para cumprimento da pena.

Em outro processo, Francisco das Chagas é acusado do homicídio de outra criança, também ocorrido em São Luís. Segundo informações da 9ª Vara Criminal, o processo está aguardando para ser incluído na pauta do júri naquela unidade. Inicialmente o processo fora distribuído para a 4ª Vara do Tribunal do Júri, mas depois foi encaminhado para a 9ª Criminal, devido à competência para processar e julgar crimes contra crianças.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA

Escolhidos novos juízes para completar quorum

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu, por sorteio, os cinco juízes de Direito da comarca de São Luís, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Em sessão nessa quarta-feira (19), foram sorteados os magistrados Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes (juiz auxiliar), Eugênia de Azevedo Neves (10ª Juizado Cível e das Relações de Consumo), Maria José França Ribeiro (7º Juizado Cível e das Relações de Consumo), Nelson Ferreira Martins Filho (14º Juizado Cível das Relações de Consumo) e José Ribamar d'Oliveira Costa Júnior (2ª Vara Criminal).

Os juízes serão convocados quando, por impedimento ou suspeição de desembargador, não for possível atingir quorum para julgamento no Plenário, nas Câmaras Reunidas e nas Câmaras Isoladas.

Haverá ainda convocação quando - em razão de licenças para tratamento de saúde ou ausências eventuais - houver possibilidade de não realização de sessão do Plenário por falta de quorum.

Quando houver necessidade de quorum, a chamada será feita por ordem do sorteio, que nesse caso inicia com a juíza auxiliar Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes.

TURMA RECURSAL - Ainda na sessão administrativa, o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, titular da comarca de Guimarães, de entrância inicial, foi designado para integrar a Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, como membro suplente, com sede na comarca de Pinheiro, pelo critério de merecimento.

Já o magistrado Frederico Feitosa de Oliveira, titular da comarca de Cantanhede, de entrância inicial, foi designado também pelo critério de merecimento, para integrar a Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, como membro titular, com sede na comarca de Chapadinha.

PERMUTA - O Órgão Especial aprovou a permuta dos juízes Janaina Araujo de Carvalho (Vara de Execuções Penais da comarca de Imperatriz) e Armindo Nascimento Reis Neto (2ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz), onde ambos são titulares.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUDICIÁRIO

Nelma Sarney dá posse a Ricardo Duailibe na Comissão dos Juizados

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, deu posse ao Desembargador Ricardo Duailibe na Presidência da Turma de Uniformização e Interpretação de Lei e no Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Poder Judiciário do Maranhão. Os dois órgãos, a turma e o conselho, compõem do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão.

Após assinatura do Termo de Posse e Exercício, Nelma Sarney, ratificou sua posição em ampliar o acesso à Justiça. "Estamos trabalhando para resgatar a verdadeira finalidade dos juizados, que é de garantir a entrega da Justiça de forma rápida e eficiente".

A juíza Marcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais, que fez a leitura do Termo de Posse e Exercício, destacou a importância da Turma de Uniformização para o Sistema de Juizados. "O trabalho é contínuo diante da grande demanda social. Hoje, temos juizado que chega a receber mais de 500 processos por mês", disse a juíza.

Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe é um dos mais recentes membros da Corte de Justiça do Maranhão, ocupando o cargo desde agosto de 2013, quando assumiu vaga do Quinto Constitucional reservada à Ordem dos Advogados do Brasil. Atualmente, o desembargador é membro da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

Como advogado de carreira, Ricardo Duailibe garante conhecer bem as problemáticas enfrentadas pelos juizados especiais do Maranhão, comprometendo-se em dar sua efetiva contribuição para melhoria do Sistema de Juizados. "Asseguro que como advogado militei em muitas demandas nos juizados especiais e, apesar dos percalços ainda enfrentados, pude constatar que essas unidades têm a sua frente excelentes juízes na condução dos trabalhos", destacou.

O desembargador também falou do empenho para garantir mais rapidez na tramitação dos feitos. "Quero dar minha contribuição no sentido de buscarmos mais celeridade. Apesar do crescimento do número de processos, a sociedade precisa de uma resposta mais rápida. Pretendo, juntamente com meus pares da turma, uniformizar entendimentos, a fim de que o processo alcance sua resolução em menos tempo", pontuou Duailibe.

UNIFORMIZAÇÃO - A Turma de Uniformização do Tribunal de Justiça atua no sentido de evitar decisões conflitantes, que são entendimentos distintos sobre uma mesma matéria em juízos diferentes. Após o estabelecimento do entendimento, cria-se uma espécie de jurisprudência interna, cujos juízes que têm competência nos processos de juizados deverão acompanhar nas suas decisões.

A posse do desembargador Ricardo Duailibe foi prestigiada pelos juízes José Américo, Francisca Galiza e Sheila Cunha, que manifestaram votos de sucesso na nova empreitada.

Duailibe promete dar celeridade a processos judiciais

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A desembargadora Nelma Sarney determinou a mudança de quatro unidades judiciais para o Fórum de Justiça , no Calhau. Antes, as unidades funcionavam em prédios com infraestrutura limitada.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Happy Hour para mulheres

Os convites para o Happy Hour especial para as advogadas maranhenses em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, começam a ser entregues no dia 24 de março na loja do advogado, na sede da OAB/MA. O evento acontecerá a partir das 19h, no Restaurante Maracangalha. O bate-papo descontraído será comandado pelas conselheiras seccionais e contará com as presenças da desembargadora e corregedora-geral da Justiça do TJ/MA, Nelma Sarney; da endocrinologista, Honorina Lopes; e da presidente da Associação Comercial, Luzia Resende. Na ocasião, haverá sorteio de brindes.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça decreta prisão de acusada de assassinar adolescente na JK

Jheyslem Chaves de Sousa, de 20 anos, é acusada de ter assassinado Bruna da Silva

A Justiça decretou nessa quarta-feira (19) a prisão preventiva da estudante Jheyslem Chaves, de 20 anos. Ela é acusada de ter assassinado com um tiro no peito esquerdo a adolescente Bruna da Silva, de 16 anos, no último dia 27 de fevereiro. Entretanto, quando os policiais civis foram cumprir o mandado de prisão em desfavor da jovem, ela já tinha fugido da cidade.

O delegado regional Assis Ramos informou que a polícia pediu a prisão preventiva na segunda-feira (17) e que não havia dúvidas da autoria do crime. "Quando ela se apresentou, ainda não tínhamos pedido a prisão porque dependíamos de alguns depoimentos de testemunhas. Depois de decretada a prisão, saímos em diligência até a casa da suspeita e tivemos a informação de que ela já não se encontrava na cidade, o que não significa que ela não vai ser presa", disse o delegado.

Jheyslem Chaves de Sousa, que já está na lista de foragidos da Justiça, se apresentou à polícia na sexta-feira da semana passada e ficou em silêncio durante interrogatório na Delegacia do 2º Distrito Policial. Ela usou o direito que a lei permite em ficar calada para só se manifestar em juízo. Como já tinha passado o flagrante e ainda não tinha o mandado de prisão, ela não pôde ser presa quando se apresentou.

No dia do crime, a vítima, Bruna da Silva, estava na companhia de uma vizinha na Avenida JK quando a suspeita teria chegado e, após uma conversa rápida, efetuado um disparo à queima roupa. A vítima foi socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas morreu dentro de uma das Unidades de Suporte Avançado (USA) da Central de Ambulâncias, embora os esforços dos socorristas em reanimá-la. O tiro fatal foi em cima do peito esquerdo.

De acordo com as investigações, as duas eram colegas. A motivação do crime teria sido ciúmes de um jovem com o qual Jheyslem teria um relacionamento amoroso, mas estaria interessado em Bruna.

Arquivo

Jheyslem Chaves está sendo procurada pela polícia

Jheyslem foi indiciada por homicídio duplamente qualificado por motivo fútil e sem dar chance de defesa à vítima, o que prevê pena de 12 a 30 anos de reclusão em regime fechado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Shopping pagará cliente que teve carro danificado em estacionamento

Um shopping Center da capital maranhense terá que pagar os danos materiais a uma cliente que teve seu carro danificado no estacionamento da empresa. A decisão é do juiz auxiliar da 15ª Vara Cível de São Luís, Hélio de Araújo Carvalho Filho.

No pedido, a cliente argumenta que o shopping tem responsabilidade sobre os veículos que se encontram em seu estacionamento, de modo a responder pelos danos ocasionados. Conta que no dia 20 de janeiro de 2013, deixou seu carro no estacionamento enquanto fazia compras no shopping e ao retornar encontrou o veículo danificado.

Na contestação perante a justiça, o shopping alegou culpa exclusiva da cliente, por ter estacionado em local proibido e bem sinalizado. Entretanto, o juiz afirma que a colisão no veículo atesta falha na prestação do serviço, que consiste na omissão no exercício da vigilância que cabia à ré, configurando assim sua responsabilidade civil.

Conforme a sentença, ainda que a autora da ação tivesse estacionado seu veículo em local proibido, ao tomar conhecimento da ilicitude do fato e nada fazer, a empresa assumiu a responsabilidade por eventuais danos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Banco indenizará cliente por cobrança indevida em débito automático

O Banco Bradesco foi condenado a pagar indenização de R$ 10 mil, por danos morais, e R$ 1.534,62, por repetição de indébito, por causa de descontos considerados abusivos na conta de um cliente da instituição financeira em São Luís. A decisão unânime da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a sentença de primeira instância.

O cliente, um aposentado que ficou impossibilitado de assinar seu nome desde 2007 por problemas de saúde, moveu a ação contra o banco, reclamando de descontos indevidos relacionados inicialmente a contas de água e, posteriormente, de energia elétrica.

O autor da ação contou ter feito reclamações administrativas sem sucesso. Ele disse que o filho tinha procuração para assinar em seu lugar e apontou divergência na assinatura que autorizava o débito automático.

A sentença de 1º grau informou que o banco não juntou provas suficientes que demonstrassem a lisura do seu procedimento. Entendeu ter ficado evidenciada a defeituosa prestação de serviço da instituição, ao realizar transações sem a conferência de documentação apresentada por terceira pessoa.

O banco apelou ao TJMA, afirmando que não houve defeito na prestação do serviço, que os descontos na conta não foram indevidos e que não houve provas de dano moral, entre outros argumentos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CODÓ

Decisão suspende transporte de pedras de gesso em povoados

Por unanimidade de votos, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) suspendeu o transporte de pedras de gesso (gipsita) feito pela empresa Gessomar na estrada que passa pelos povoados de Bom Jesus e Nova Luta, no município de Codó.

PÁGINA 6 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CODÓ

Decisão suspende transporte de pedras de gesso em povoados

Por unanimidade de votos, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) suspendeu o transporte de pedras de gesso (gipsita) feito pela empresa Gessomar na estrada que passa pelos povoados de Bom Jesus e Nova Luta, no município de Codó. Os membros do órgão colegiado entenderam que a saúde dos moradores das comunidades deve prevalecer sobre o alegado prejuízo econômico para a empresa.

Para dissipar quaisquer dúvidas se a atividade de extração da gipsita causa ou não poluição prejudicial à saúde das pessoas, a decisão também determinou que seja realizada perícia no local para avaliar a extensão de danos causados, bem como supostos prejuízos à produção de cultura de subsistência. E, ainda, que seja providenciada, se possível, a construção de um desvio, evitando-se que as caçambas passem pelo meio dos povoados.

O conflito teve início em 29 de agosto do ano passado, dia em que, segundo o recurso ajuizado pela Associação Quilombola de Santa Maria dos Moreiras Jerusalém e Bom Jesus, cerca de 200 representantes de 16 comunidades interditaram a estrada vicinal que liga o povoado Barracão à mina de gesso da empresa, para chamar atenção do que eles apontaram como intensas degradações ambientais causadas pelas atividades mineradoras na região.

Acrescentaram que há cinco anos a empresa utiliza a estrada que serve de acesso para centenas de pessoas, e onde existem várias casas, para transporte de gesso, provocando nuvens de poeira que estariam causando danos à saúde das populações locais e ao plantio de vegetais, como milho, feijão e mandioca.

A Gessomar argumentou que é livre a locomoção em todo o território nacional e que o princípio fundamental da livre iniciativa está lado a lado com os valores sociais do trabalho.

Decisão liminar de primeira instância havia determinado que a associação desbloqueasse a estrada que dá acesso à mina de gipsita, abstendo-se de impedir a passagem dos caminhões, sob pena de multa diária de R$ 500,00 por hora de descumprimento.

LESÃO GRAVE - O desembargador Raimundo Barros (relator) entendeu que a sentença de 1º grau não podia continuar produzindo efeitos, ante a ocorrência de lesão grave e difícil reparação à saúde e à subsistência dos moradores dos povoados. Ele registrou que o direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida.

Barros acrescentou que a movimentação constante de caminhões carregados de gesso pelo meio dos povoados, produto destinado à fabricação de gesso, poderá acarretar transtornos à saúde dos moradores.

O magistrado deu provimento ao recurso da Associação Quilombola, a fim de revogar a decisão de primeira instância. Os desembargadores Maria das Graças Duarte e Ricardo Duailibe tiveram o mesmo entendimento. *(Ascom / TJMA)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

▲ SOBE

O desembargador Ricardo Duailibe tomou posse na Presidência da Turma de Uniformização e Interpretação de Lei e no Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Poder Judiciário do Maranhão. Os dois órgãos, a turma e o conselho, compõem do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE inaugura a 21ª unidade de atendimento em Santa Rita

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) entregou, na última terça-feira (18), mais uma unidade de atendimento da instituição à população maranhense. O núcleo de Santa Rita, município com aproximadamente 33 mil habitantes e IDH de 0,592, é o 21º inaugurado nos últimos três anos e meio, totalizando 27 unidades em todo o estado, incluindo a sede, em São Luís. A solenidade de inauguração foi presidida pelo defensor público geral, Aldy Mello Filho, acompanhado da corregedora geral da DPE, Fabíola Almeida Barros e do defensor público Antônio Agnus Boaventura Filho, que atuará na comarca.

Para Aldy Mello Filho, a ampliação da cobertura geográfica da DPE, voltada a capilarizar a atuação institucional, contempla as cidades com os maiores adensamentos populacionais e os piores indicadores sociais. "A chegada da Defensoria em Santa Rita é fruto de um processo iniciado em 2010, dentro de um projeto focado em levar os serviços para quem mais necessita, priorizando as regiões com os piores indicadores sociais, maiores população e grande volume de processos", disse.

Mello acrescentou que o esforço empreendido na expansão dos serviços da instituição resultou na redução da desigualdade numérica entre as instituições que compõem o Sistema de Justiça. Até 2010, a instituição cobria apenas 2,76% das comarcas maranhenses. Hoje, esse percentual é de 25%, e a proporção, que era de um defensor para 105 mil habitantes, atualmente, é de um defensor para 45 mil maranhenses.

Fabíola Almeida Barros falou da importância de se estabelecer um trabalho em parceria com o poder público e a sociedade civil organizada como forma de potencializar os efeitos e benefícios da chegada da Defensoria Pública na cidade. Ela destacou o padrão de qualidade dos núcleos, cujas instalações atendem às exigências de acessibilidade, ao tempo em que permitem ao defensor exercer suas funções com dignidade.

O defensor público Antônio Agnus Filho também elogiou as instalações da unidade de atendimento, além da organização administrativa da instituição no município. "É muito bom chegar ao núcleo e verificar que aqui teremos condições de contribuir para o bem-estar da população e prestar um serviço de excelência, acolhendo a todos de forma digna e humanizada".

Presente à inauguração, a promotora de Justiça de Santa Rita, Karine Guará Pereira ressaltou que o Ministério Público estará pronto para trabalhar em parceria com a Defensoria Pública. "Há muito tempo aguardávamos por essa chegada da Defensoria e esperamos que nosso trabalho flua com mais rapidez e as demandas da população sejam atendidas com maior brevidade", disse.

Já a juíza titular da Vara de Santa Rita, Karine Lopes de Castro, aproveitou o momento para destacar o papel da Defensoria na promoção de uma cultura de estímulo à resolução de conflitos por via extrajudicial. "Acredito que a missão da Defensoria vai além da prestação de assistência jurídica a pessoas que não podem pagar advogado. A instituição pode atuar na busca de resolução de demandas antes que cheguem aos tribunais", ressaltando que atualmente tramitam na comarca mais de 2.200 processos judiciais, sendo, a maioria, relativos a conflitos familiares e possessórios.

NOVA UNIDADE do DPE em Santa Rita foi entregue pelo defensor geral Aldy Mello Filho

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Escolhidos novos juízes para completar quorum no Tribunal de Justiça do MA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu, por sorteio, os cinco juízes de Direito da comarca de São Luís, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Em sessão nessa quarta-feira (19), foram sorteados os magistrados Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes (juiz auxiliar), Eugênia de Azevedo Neves (10ª Juizado Cível e das Relações de Consumo), Maria José França Ribeiro (7º Juizado Cível e das Relações de Consumo), Nelson Ferreira Martins Filho (14º Juizado Cível das Relações de Consumo) e José Ribamar d'Oliveira Costa Júnior (2ª Vara Criminal).

Os juízes serão convocados quando, por impedimento ou suspeição de desembargador, não for possível atingirquorum para julgamento no Plenário, nas Câmaras Reunidas e nas Câmaras Isoladas.

Haverá ainda convocação quando – em razão de licenças para tratamento de saúde ou ausências eventuais – houver possibilidade de não realização de sessão do Plenário por falta de quorum. Quando houver necessidade de quorum, a chamada será feita por ordem do sorteio, que nesse caso inicia com a juíza auxiliar Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes.

Turma recursal – Ainda na sessão administrativa, o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, titular da comarca de Guimarães, de entrância inicial, foi designado para integrar a Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, como membro suplente, com sede na comarca de Pinheiro, pelo critério de merecimento.

Já o magistrado Frederico Feitosa de Oliveira, titular da comarca de Cantanhede, de entrância inicial, foi designado também pelo critério de merecimento, para integrar a Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, como membro titular, com sede na comarca de Chapadinha.

Permuta – O Órgão Especial aprovou a permuta dos juízes Janaina Araujo de Carvalho (Vara de Execuções Penais da comarca de Imperatriz) e Armindo Nascimento Reis Neto (2ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz), onde ambos são titulares.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Policiais civis pedem apoio do TJ às reivindicações da categoria

A presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu visita da nova diretoria do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol) para o mandato 2014-2017. Os sindicalistas relataram dificuldades encontradas no exercício da profissão e pediram a intercessão do Poder Judiciário junto ao Executivo, no sentido de melhorar as condições de trabalho da categoria.

PÁGINA 9 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Policiais civis pedem apoio do TJ às reivindicações da categoria

DIVULGAÇÃO

OS POLICIAIS ENTREGARAM à presidente do TJMA levantamento sobre a situação da Polícia Civil

A presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu visita da nova diretoria do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol) para o mandato 2014-2017. Os sindicalistas relataram dificuldades encontradas no exercício da profissão e pediram a intercessão do Poder Judiciário junto ao Executivo, no sentido de melhorar as condições de trabalho da categoria.

Os policiais entregaram à presidente do TJMA dois documentos. Um levantamento sobre a situação da Polícia Civil do Maranhão, datado de janeiro de 2014, e uma exposição de motivos sobre a natureza técnico-científica da atividade policial, comparada à política remuneratória do governo estadual.

Dentre outros problemas, apontaram a defasagem salarial, a insuficiência do efetivo, a situação "precária" das delegacias do interior e a necessidade de construção de novos presídios. E pediram ajuda à presidente do TJMA para levar as reivindicações ao conhecimento da governadora do Estado, Roseana Sarney.

Para a presidente Cleonice Freire, a polícia civil passa por problemas parecidos com os do Judiciário, como a carência de pessoal e a falta de recursos para investimentos na estrutura física dos fóruns. "O trabalho da polícia judiciária é fundamental para o Judiciário e para a sociedade. Merece a atenção do poder público".

Segundo o presidente do Sinpol, Heleudo Moreira, as condições de trabalho e os problemas nas unidades da polícia civil são dificultam o exercício da atividade dos investigadores. "Se não houver providências por parte do Poder Executivo, haverá um colapso (na segurança)", declarou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 02/2014

Processo nº 58.068/2013

Objeto: Aquisição de Material Permanente; Abertura: 04/04/2014 às 10:00h (horário de Brasília); Local: Site www.comprasnet.gov.br; Informações: Divisão de Licitação e Contratos, Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA; E-mail: divilicitacao@tjma.jus.br. Fones: (98) 3243-3950 / 3243-2642. São Luís-MA, 20 de março de 2014. Mauricio Fernandes Lima – Pregoeiro

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pleno administrativo do TJMA referenda resoluções sobre valores de serviços cartorários

Foram referendadas nesta quarta-feira (19), durante sessão administrativa do órgão especial do Tribunal de Justiça, as resoluções 71, 72 e 73, que versam sobre valores de serviços das serventias para o ano de 2014. Todas as resoluções foram, também, referendadas pela Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do Tribunal de Justiça. Essas resoluções tratam sobre procedimentos de vendas de selos de fiscalização de atos notariais, sobre tabela de custas e emolumentos, e outros assuntos, e já estão em vigor desde 1º de janeiro deste ano.

Todas as matérias referendadas tem interesse direto da Corregedoria Geral da Justiça, que é o órgão responsável pela fiscalização e acompanhamento das serventias extrajudiciais, onde se incluem serviços como registro de imóveis, reconhecimento de firma, protesto de títulos, divórcio consensual, emissão de certidão de nascimento e óbito, dentre outros.

A Resolução 71/2013, referendada na sessão, atualiza monetariamente em 5,58363% o limite unitário máximo para compensação dos atos gratuitos praticados pelas serventias extrajudiciais de Registro Civil de Pessoas Naturais, previsto no artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº. 130, de 29 de dezembro de 2009, que passa a vigorar no valor de R$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos)

A atualização monetária do valor unitário máximo para compensação dos atos gratuitos pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC) deve ser realizada até o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE.

Já a Resolução 72/2013 dispõe basicamente sobre os procedimentos de vendas de selos de fiscalização de atos notariais, registrais e de distribuição extrajudicial no Estado do Maranhão. De acordo com essa resolução, fica estabelecido em R$ 0,20 (vinte centavos de real) o valor unitário dos selos de fiscalização dos atos notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais, criados pela Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CNJ fortalece 1ª instância com transferência de verbas e servidores

Juliano Basile
De Brasília

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai determinar a transferência de verbas e de servidores dos Tribunais de Justiça (TJs) para a 1ª instância. O objetivo é reequilibrar o Judiciário, pois 90% dos 92 milhões de processos em tramitação no país estão na 1ª instância e, apesar disso, ela tem menos funcionários e menos verbas do que a 2ª instância.

Enquanto os TJs são verdadeiros palacetes estaduais com colunas de mármore e piso de granito, na 1ª instância, há salas sem sequer tomadas para ligar computadores.

A transferência será obrigatória e vai atacar o terceiro "feudo" de poder dentro do Judiciário: a desproporção na distribuição de dinheiro e de funcionários à Justiça dos Estados. O primeiro "feudo" foi o nepotismo, que foi derrubado na primeira decisão do CNJ, em 2005. O segundo foi o fim dos auxílios que permitiam a juízes ganhar mais do que o teto do funcionalismo. O CNJ suspendeu o pagamento de verbas consideradas esdrúxulas, como o auxílio a magistrados que eram coordenadores de serviços telefônicos dentro de tribunais.

A alocação de verbas é consi-

NELSON JR./SCO/STF

Barbosa: ministro enfrenta desembargadores que têm condições de trabalho muito superiores aos juízes de 1ª instância

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

derada como o terceiro "feudo", já que é difícil controlar a distribuição de dinheiro e de funcionários dentro do Judiciário dos Estados. Mais influentes, os TJs controlam as verbas e obtêm mais servidores.

A transferência partiu de uma avaliação do presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, de que é "premente a necessidade de conferir um novo olhar ao primeiro grau". "É preciso direcionar os olhos e as atenções para a porta de entrada da Justiça", disse Barbosa, durante um encontro nacional do Judiciário, em novembro passado, no qual defendeu mais recursos para a 1ª instância.

O corregedor-geral de Justiça, ministro Francisco Falcão, também contesta o orçamento destinado à 1ª instância. "Notamos que, em alguns tribunais, há investimentos altíssimos nas sedes, com a construção de verdadeiros palácios e, às vezes, mordomias exacerbadas, em detrimento de uma 1ª instância sucateada", afirmou Falcão, em sessão do CNJ, em outubro.

A realocação de servidores será fixada por resolução a ser votada, em abril próximo, a partir de estudo encomendado por Barbosa. O documento mostra que o Judiciário está torto.

"Onde há mais processos, há menos servidores; onde há menos processos, há mais servidores", disse o relator da resolução no CNJ, conselheiro Rubens Curado. Segundo ele, há estados com desembargadores com 20 funcionários no gabinete, enquanto alguns juízes de 1ª instância não têm nenhum. O estudo mostrou que, em média, os servidores da 1ª instância trabalham 30% a mais dos que os da 2ª. A diferença é que cada servidor da 1ª baixa (resolve) 133 processos por ano, enquanto os da 2ª baixam 102 ações anuais. Os juízes da 1ª também trabalham mais: 1.606 processos baixados por ano contra 1.403 dos magistrados da 2ª.

O relator da resolução no CNJ, conselheiro Rubens Curado, comparou o Judiciário como um hospital público em que o setor de emergência, no térreo, tem cinco médicos para atender 100 pessoas, enquanto 50 médicos trabalham com 25 pacientes nos leitos dos andares de cima.

A resolução fixa critérios objetivos para mudar esse quadro. Ela determina que o número de servidores será proporcional à quantidade de processos. Se, por exemplo, um Estado tiver um milhão de processos, mil servidores para analisá-los e 80% desse volume estiver na 1ª instância, então, 800 servidores terão que trabalhar lá.

O texto também estabelece que, quando a taxa de congestionamento da 1ª instância for 10% maior do que a da 2ª, o TJ terá que providenciar a distribuição de servidores para lá. Os tribunais terão que garantir pelo menos um funcionário em comissão para cada juiz de 1 instância. O orçamento dos tribunais terá que ser proporcional ao número de processos.

Curado disse que os dados do estudo mostram que os juízes brasileiros são muito produtivos. Na média, eles baixam 1.628 processos por ano. Dividindo esse número por 365 dias, o resultado é que cada juiz brasileiro decide 4,4 processos por dia. "O problema é que ainda assim os juízes não dão conta da demanda", avaliou o conselheiro. Para zerar o estoque total de 92,2 milhões de processos, o Judiciário teria que ficar quatro anos sem receber uma causa e, além disso, manter o recorde de produtividade obtido em 2012, quando a 1a instância concluiu 23,1 milhões de ações.

Índice de Produtividade dos Magistrados

Processos baixados por ano

Por Unidade da Federação

Estados	1ª instância	2ª instância	Índice geral
São Paulo	2.282	1.380	2.172
Rio de Janeiro	3.384	1.046	2.919
Minas Gerais	1.560	1.567	1.603
Paraná	1.573	519	1.366
Rio Grande do Sul	2.200	2.756	2.313
Bahia	980	1.070	961
Santa Catarina	1.937	1.285	1.823
Pernambuco	1.055	572	1.029
Goiás	829	1.284	870
Distrito Federal	1.312	1.329	1.310
Espírito Santo	855	767	858
Ceará	1.316	784	1.276
Mato Grosso	880	729	900
Pará	1.106	537	1.061
Maranhão	1.018	759	1.049
Paraíba	845	881	909
Mato Grosso do Sul	1.538	1.321	1.535
Rio Grande do Norte	1.197	1.177	1.217
Sergipe	1.433	1.583	1.493
Rondônia	1.573	949	1.504
Amazonas	1.957	223	1.743
Alagoas	1.690	624	1.574
Tocantins	885	561	866
Acre	1.781	471	1.583
Amapá	1.381	354	1.230
Roraima	631	354	632
Piauí	393	455	413
Média geral	**1.648**	**1.193**	1.611

Por ramo da Justiça

Estados	1ª instância	2ª instância	Índice geral
Justiça Estadual	1.648	1.193	1.611
Justiça do Trabalho	1.152	1.232	1.164
Justiça Federal	1998	4.524	2.272
Justiça Militar	253	137	193
Justiça Eleitoral	107	270	120
Tribunais Superiores*	-	-	5.719
Média geral	**1.606**	**1.403**	1.628

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) *Exceto o Supremo Tribunal Federal

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação